

## **Sistema de Suporte de Vida PEN9**

Unidade de construção 17  
Expansão fase 3

### **Programa do Procedimento**

## Índice

Programa do Procedimento .....	4
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
CLÁUSULA 1. <sup>a</sup> Identificação do Procedimento .....	4
CLÁUSULA 2. <sup>a</sup> Entidade Adjudicante .....	4
CLÁUSULA 3. <sup>a</sup> Órgão que tomou a decisão de contratar .....	4
CLÁUSULA 4. <sup>a</sup> Consulta das peças do procedimento .....	5
CLÁUSULA 5. <sup>a</sup> Condições da participação dos concorrentes e agrupamento de concorrentes .....	5
CLÁUSULA 6. <sup>a</sup> Idoneidade dos concorrentes .....	6
CLÁUSULA 7. <sup>a</sup> Concorrência .....	6
CLÁUSULA 8. <sup>a</sup> Consulta Preliminar ao mercado.....	7
CLÁUSULA 9. <sup>a</sup> Esclarecimentos, identificação de erros e omissões, retificações e alterações das peças do procedimento .....	7
CLÁUSULA 10. <sup>a</sup> Divisão por lotes .....	7
CLÁUSULA 11. <sup>a</sup> Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem condicionar o procedimento e a execução do contrato .....	8
CLÁUSULA 12. <sup>a</sup> Fases do procedimento .....	8
CLÁUSULA 13. <sup>a</sup> Peças do Concurso.....	8
CLÁUSULA 14. <sup>a</sup> Preço base do procedimento .....	8
CLÁUSULA 15. <sup>a</sup> Preço ou custo anormalmente baixo.....	8
CAPÍTULO II FASE DA APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS E QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS .....	9
CLÁUSULA 16. <sup>a</sup> Qualificação dos candidatos.....	9
CLÁUSULA 17. <sup>a</sup> Requisitos mínimos de capacidade técnica.....	9
CLÁUSULA 18. <sup>a</sup> Documentos que constituem a candidatura.....	10
CLÁUSULA 19. <sup>a</sup> .....	11
Pedido de classificação de documentos.....	11
CLÁUSULA 20. <sup>a</sup> Apresentação das candidaturas .....	11
CLÁUSULA 21. <sup>a</sup> Lista dos candidatos e consulta das candidaturas .....	12
CLÁUSULA 22. <sup>a</sup> Análise das candidaturas .....	12
CLÁUSULA 23. <sup>a</sup> Exclusão de candidaturas .....	13

CLÁUSULA 24. <sup>a</sup>	Esclarecimentos sobre os documentos destinados à qualificação dos candidatos.....	13
CLÁUSULA 25. <sup>a</sup>	Relatório preliminar da fase de qualificação e audiência prévia	13
CLÁUSULA 26. <sup>a</sup>	Relatório final da fase de qualificação .....	13
CLÁUSULA 27. <sup>a</sup>	Dever de qualificação e notificação da decisão de qualificação	14
CAPÍTULO III FASE DE APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO .....		14
CLÁUSULA 28. <sup>a</sup>	Convite para a apresentação de propostas .....	14
CLÁUSULA 29. <sup>a</sup>	Prazo para apresentar propostas .....	14
CLÁUSULA 30. <sup>a</sup>	Documentos da proposta .....	14
CLÁUSULA 31. <sup>a</sup>	Modo de apresentação das propostas .....	16
CLÁUSULA 32. <sup>a</sup>	Idioma dos documentos da proposta .....	16
CLÁUSULA 33. <sup>a</sup>	Apresentação de propostas variantes .....	16
CLÁUSULA 34. <sup>a</sup>	Prazo de validade das propostas .....	17
CLÁUSULA 35. <sup>a</sup>	Negociação das propostas .....	17
CLÁUSULA 36. <sup>a</sup>	Despesas e encargos com a elaboração da proposta.....	17
CLÁUSULA 37. <sup>a</sup>	Assinatura eletrónica .....	17
CLÁUSULA 38. <sup>a</sup>	Documentos de habilitação .....	17
CLÁUSULA 39. <sup>a</sup>	Critério de adjudicação.....	19
CLÁUSULA 40. <sup>a</sup>	Caução.....	19
CLÁUSULA 41. <sup>a</sup>	Contrato .....	19
CLÁUSULA 42. <sup>a</sup>	Minuta do Contrato.....	20
CLÁUSULA 43. <sup>a</sup>	Outorga do contrato .....	20
Anexos .....		20
ANEXO I.....		22
ANEXO II .....		22
ANEXO III .....		23

## Programa do Procedimento

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CLÁUSULA 1.ª

##### Identificação do Procedimento

1. O presente procedimento tem a identificação “*PE/03/2025 – Sistemas de Suporte de Vida da PE N9*”, sendo um procedimento por Concurso Limitado por Prévia Qualificação, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, por o valor do contrato ser superior a 221.000,00€, *ex vi* artigo 474.º, n.º 3, alínea c) do CCP, em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) 2023/2495 com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024 que altera os limiares definidos no 474.º, n.º 3, alínea c) do CCP.
2. A Empreitada encontra-se inserida na candidatura, já aprovada, nº MAR-021.1.1-FEAMPA-00021.

#### CLÁUSULA 2.ª

##### Entidade Adjudicante

1. A entidade adjudicante é a FLATLANTIC - ACTIVIDADES PISCÍCOLAS, S.A., pessoa coletiva n.º 507 958 780, com capital social de €16.050.000,00 (dezassex milhões e cinquenta mil euros), matriculada na Conservatória do registo comercial de Mira, com sede na Rua do Aceiro S/N, 3070-732 Praia de Mira e código NUTS PT192.
2. Os contatos da entidade adjudicante são:
  - a) Contato: 231 100 100;
  - b) Email: [geral@flatlantic.pt](mailto:geral@flatlantic.pt);
  - c) Endereço web: <https://www.flatlantic.pt/pt>;

#### CLÁUSULA 3.ª

##### Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Assembleia Geral da sociedade comercial anónima denominada por FLATLANTIC - Actividades Piscícolas, S.A, que anteriormente utilizava a firma Acuinova, S.A, pessoa coletiva n.º 507 958 780, com sede na Rua do Aceiro s/n – Praia de Mira, na sua reunião de 08 de julho de 2025, no exercício das competências conferidas pelos Estatutos.

#### CLÁUSULA 4.ª

##### Consulta das peças do procedimento

1. O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos encontram-se disponíveis na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Flatlantic (doravante designada apenas por plataforma eletrónica), no endereço eletrónico: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), onde podem ser consultadas mediante inscrição na mesma.
2. O acesso às peças é gratuito e permite a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.

#### CLÁUSULA 5.ª

##### Condições da participação dos concorrentes e agrupamento de concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.
2. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que incorram em qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
3. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que, cumulativamente, respeitem as seguintes condições:
  - a) Os elementos que integrem o agrupamento respeitem o disposto no artigo anterior;
  - b) Os elementos que compõem o agrupamento declarem que, em caso de adjudicação, e antes da celebração do contrato, se associam na modalidade de consórcio externo, de acordo com os números seguintes.
4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea b) do n.º 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
5. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida aquando da apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas ficam responsáveis solidariamente, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta e pelo pontual cumprimento das obrigações emergentes da mesma.
6. Cada entidade pode integrar apenas um agrupamento, não podendo nenhuma entidade, em simultâneo, integrar um agrupamento e participar individualmente no presente procedimento concursal.

7. Sempre que duas ou mais empresas concorrentes, no presente concurso público, tenham como sócios/acionistas ou gerentes/administradores a(s) mesma(s) pessoa(s), entende-se que, nos termos da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, entre elas não pode haver concorrência, assim, caso pretendam apresentar proposta terão obrigatoriamente de se constituir como agrupamento concorrente, sob pena de todas essas empresas concorrentes serem excluídas do concurso.
8. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta e, em caso de decisão de não adjudicação, os membros do agrupamento, e apenas estes, deverão associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-lei n.º 231/81, de 28 de julho, devendo ser observado o disposto no seu artigo 27.º.
9. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

#### CLÁUSULA 6.ª

##### Idoneidade dos concorrentes

1. Os concorrentes e, no caso dos agrupamentos, cada uma das entidades que o compõem, têm de apresentar declaração emitida conforme minuta constante do Anexo I do programa do concurso, em como não se encontram em nenhuma das situações referidas no art.º 55º do CCP.
2. A verificação de qualquer das situações previstas no art.º 55º do CCP, relativamente a qualquer dos concorrentes, agrupamento ou membro de agrupamento concorrente acarreta a imediata exclusão da entidade ou do agrupamento, consoante o caso, mesmo que a irregularidade não se verifique em relação aos demais elementos que os integram.

#### CLÁUSULA 7.ª

##### Concorrência

A prática de atos ou acordos suscetíveis de falsear as regras da concorrência é inadmissível e importará a exclusão da proposta, bem como será imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência, nos termos do nº 4 do art.º 70º do CCP, sofrendo ainda as demais consequências legais aplicáveis ao caso concreto.

## CLÁUSULA 8.ª

### Consulta Preliminar ao mercado

Não foi efetuada qualquer consulta preliminar ao mercado.

## CLÁUSULA 9.ª

### Esclarecimentos, identificação de erros e omissões, retificações e alterações das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao júri do concurso, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica, disponível no portal [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
2. Os esclarecimentos e retificações serão prestados por escrito, pelo júri do concurso, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, sendo disponibilizados na plataforma [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) e juntos às peças do procedimento patentes para consulta, procedendo-se à notificação de todos os interessados que os tenham obtido junto desta edilidade.
3. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
4. A pronúncia relativamente à lista de erros e omissões, identificados pelos interessados, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, considerando-se rejeitados todos os que, até final do segundo terço fixado para apresentação de proposta, não sejam por ele expressamente aceites.
5. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo previsto nos n.ºs 3 e n.º 4 do presente artigo, o prazo fixado para apresentação de propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.
6. A decisão de prorrogação do prazo cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, ou ao membro do órgão a quem tenha sido delegada a competência deste, e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente o aviso daquelas decisões.

## CLÁUSULA 10.ª

### Divisão por lotes

A aquisição não será efetuada por lotes, dado que a sua divisão poderia promover a adjudicação a diversas entidades diferentes, o que não se coaduna com o tipo de serviço em causa, considerando a complexidade e dimensão do projecto, bem como o prazo de execução do mesmo. Nesse sentido,

torna-se necessário agilizar a elaboração do projeto privilegiando a adjudicação a apenas uma entidade.

#### CLÁUSULA 11.<sup>a</sup>

Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem condicionar o procedimento e a execução do contrato

Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem condicionar o procedimento, e cujo adjudicatário deve garantir aquando da execução do contrato, nomeadamente Título Único Ambiental (TUA) nº20211028000408 e respetivos anexos de relevo.

#### CLÁUSULA 12.<sup>a</sup>

Fases do procedimento

O procedimento de concurso limitado por prévia qualificação integra as seguintes fases:

- a) **1.<sup>a</sup> Fase:** Apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos;
- b) **2.<sup>a</sup> Fase:** Apresentação e análise das propostas e adjudicação.

#### CLÁUSULA 13.<sup>a</sup>

Peças do Concurso

O processo do concurso é composto pelas seguintes peças:

- a) O presente Programa de Procedimento e respetivos anexos;
- b) O Caderno de Encargos e respetivos anexos;
- c) O Convite e respetivos anexos.

#### CLÁUSULA 14.<sup>a</sup>

Preço base do procedimento

No âmbito do procedimento em apreço, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela aquisição dos serviços e fornecimento de bens objeto do mesmo é de **4.000.000,00 € (quatro milhões de euros)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

#### CLÁUSULA 15.<sup>a</sup>

Preço ou custo anormalmente baixo

- 1. Não se definem as situações em que o preço ou custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo, nos termos do previsto no artigo 71.º do CCP.



2. Porém, isso não é impeditivo de determinado preço ou custo vir a ser considerado pelo órgão competente para a decisão de contratar como sendo anormalmente baixo, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 71.º do CCP, sendo, nesse caso, dado cumprimento ao disposto no artigo 71.º do CCP.

## CAPÍTULO II

### FASE DA APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS E QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

#### CLÁUSULA 16.ª

##### Qualificação dos candidatos

1. A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação, nos termos previstos no artigo 179.º do CCP.
2. No caso de os candidatos serem agrupamentos, aplica-se o disposto no artigo 182.º do CCP.
3. Os candidatos qualificados passam, em condições de igualdade, à fase da apresentação das propostas.

#### CLÁUSULA 17.ª

##### Requisitos mínimos de capacidade técnica

1. É condição obrigatória para a qualificação no concurso, sob pena de exclusão da candidatura, que o candidato demonstre o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos de capacidade técnica e que se referem à sua experiência, nos seguintes termos:
  - a) **Experiência específica:**
    - i) O adjudicatário deverá comprovar experiência prévia em **Sistemas de Recirculação Aquícola (SRA)** para a criação de **linguado (Solea senegalensis)** e **pregado (Psetta maxima)** com pelo menos 2 (dois) anos de operação dos sistemas de produção de espécies;
    - ii) A experiência deverá ser demonstrada através de projetos anteriores que comprovem uma produção anual mínima de **40 kg/m²**;
    - iii) O concorrente deverá demonstrar a capacidade e experiência em implementação de sistemas num rácio de **1 m2 de sistema para cada 5 m2 de produção**.
  - b) **Equipa Técnica Obrigatória:**
    - a) Técnico Responsável pela Instalação: O responsável técnico deverá ser licenciado em **Biologia Marinha**, com um mínimo de **10 anos de experiência** comprovada na montagem, operação e gestão de SRA de Pregado e Linguado;

- b) **Engenheiro Eletrotécnico** ou equivalente: Deverá integrar a equipa um engenheiro eletrotécnico ou equivalente com experiência comprovada em SRA de Pregado e Linguado, com um mínimo de **3 anos de experiência profissional comprovada**.

#### CLÁUSULA 18.<sup>a</sup>

##### Documentos que constituem a candidatura

1. A candidatura deve ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP);
  - b) Cópia dos certificados referentes à:
    - Lista nominativa dos profissionais/técnicos a afetar à prestação de serviços e respetivos curriculum vitae (com um máximo de 3 páginas A4), onde deverá constar a identificação dos serviços prestados relevantes para aferição da experiência profissional exigida pela alínea a) do artigo 17.º do presente Programa de Procedimento, acompanhada das respetivas certificações.
    - Declarações abonatórias de entidades a quem foram prestados serviços semelhantes.
    - Portfólio do concorrente (em formato.pdf), com um limite máximo de 5 páginas A4 e que demonstre a experiência em projectos semelhantes e a data de execução das mesmas.
  - c) Certidão da Conservatória do Registo Comercial atualizada.
2. Os documentos da candidatura deverão ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
3. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos destinados à qualificação dos candidatos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o interessado fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do artigo 169.º do CCP.
4. A declaração referida na alínea a) do n.º 1 deve ser assinada pelo candidato ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
5. Quando a candidatura seja apresentada por um agrupamento candidato, a declaração referida na alínea a) do n.º 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respectivos representantes.
6. Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda constituída por uma declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a realizar determinadas prestações objeto do Contrato a celebrar.

7. Todos os dados contidos nos documentos de qualificação devem, sempre que tal se justifique, nomeadamente pela existência de dúvidas sobre a respetiva veracidade, poder ser confirmados por documentos comprovativos, solicitados pela Flatlantic, ou por quaisquer diligências que esta efetue junto do candidato ou de terceiros, considerando-se que a mera apresentação da candidatura constitui autorização bastante do candidato para este efeito.
8. Os documentos comprovativos e os esclarecimentos prestados nos termos do ponto anterior fazem parte integrante das respetivas candidaturas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem ou não visem suprimir omissões suscetíveis de determinar a sua exclusão.

#### CLÁUSULA 19.<sup>a</sup>

##### Pedido de classificação de documentos

1. Por motivos de segredo comercial, industrial ou outro, os interessados podem requer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das Candidaturas e das Propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a Candidatura e a Proposta, para efeitos da restrição do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a Candidatura e a Proposta será notificada aos interessados, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das Candidaturas e das Propostas, respetivamente.
3. Considera-se não escrita ou não declarada classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos números anteriores.
4. Se no decurso do Procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a classificação de documentos que constituem as Candidaturas e/ou as Propostas, o Júri promoverá, oficiosamente, a respetiva desclassificação, informando do facto todos os interessados.
5. Quando, por força da classificação de documentos que constituem a Candidatura ou a Proposta, não seja possível apresentá-los nos termos e nos prazos previstos para a apresentação das Candidaturas e das Propostas, respetivamente, o Júri estabelecerá, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

#### CLÁUSULA 20.<sup>a</sup>

##### Apresentação das candidaturas

6. Os documentos que constituem a candidatura devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º do presente Programa de Concurso até às 23H59 do **30.º (trigésimo)** dia a contar do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia ao competente Serviço das Publicações.

7. Os candidatos devem assinar eletronicamente todos os documentos que constituem a candidatura, utilizando para o efeito um Certificado de Assinatura Eletrónica Qualificada, de acordo com a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
8. A receção das candidaturas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos candidatos um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
9. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, faculdade cujo exercício não prejudica a apresentação de nova candidatura dentro daquele prazo.
10. Em caso de dúvida sobre o seu conteúdo ou autenticidade, o júri do procedimento pode sempre exigir ao candidato a apresentação dos originais de quaisquer documentos, cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do n.º 1.

#### CLÁUSULA 21.<sup>a</sup>

##### Lista dos candidatos e consulta das candidaturas

1. O júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, procede à publicitação da lista dos candidatos na plataforma eletrónica.
2. Aos candidatos incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma, de todas as candidaturas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos candidatos pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua candidatura.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a candidatura do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

#### CLÁUSULA 22.<sup>a</sup>

##### Análise das candidaturas

1. O júri analisa as candidaturas para efeitos da qualificação dos respetivos candidatos.
2. O preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica referidos no artigo 17.º é comprovado pela verificação dos elementos constantes dos documentos destinados à qualificação dos candidatos enumerados no artigo 18.º.

**CLÁUSULA 23.<sup>a</sup>**

**Exclusão de candidaturas**

São excluídas as candidaturas recebidas fora do prazo fixado para a apresentação das candidaturas ou cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 184.º do CCP.

**CLÁUSULA 24.<sup>a</sup>**

**Esclarecimentos sobre os documentos destinados à qualificação dos candidatos**

1. O júri do procedimento pode pedir aos candidatos quaisquer esclarecimentos sobre os documentos destinados à qualificação que considere necessários para efeitos da análise das candidaturas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior fazem parte integrante das respectivas candidaturas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, ou não visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 184º do CCP.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica, sendo todos os candidatos imediatamente notificados desse facto.

**CLÁUSULA 25.<sup>a</sup>**

**Relatório preliminar da fase de qualificação e audiência prévia**

1. Após a análise das candidaturas nos termos referidos, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, nos termos do definido no artigo 184.º do CCP.
2. Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os candidatos, fixando-lhes um prazo de 5 (cinco) dias, para, querendo, se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

**CLÁUSULA 26.<sup>a</sup>**

**Relatório final da fase de qualificação**

Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos candidatos efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda determinar a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 184.º do CCP.

CLÁUSULA 27.<sup>a</sup>

Dever de qualificação e notificação da decisão de qualificação

O órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de qualificação e notifica os candidatos no prazo máximo de 44 (quarenta e quatro) dias após o termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, remetendo-lhes o relatório final da fase de qualificação.

CAPÍTULO III

FASE DE APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

CLÁUSULA 28.<sup>a</sup>

Convite para a apresentação de propostas

Com a notificação da decisão a que se refere o artigo 188.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar envia aos candidatos qualificados, em simultâneo, um convite à apresentação de propostas.

CLÁUSULA 29.<sup>a</sup>

Prazo para apresentar propostas

1. As propostas devem ser apresentadas até às 23H59 do **25.º dia posterior ao envio do convite**.
2. A apresentação das propostas deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, através da Plataforma Eletrónica.

CLÁUSULA 30.<sup>a</sup>

Documentos da proposta

1. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos e elementos, sob pena de exclusão:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão de 5 de janeiro de 2016, devidamente assinado pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica, disponibilizado com o presente programa de concurso (**Anexo I**), devendo ser selecionadas as seguintes opções:
    - I. "Sou um operador económico";
    - II. "Importar um DEUCP";
    - III. "Carregar documento" — selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma de contratação pública;
    - IV. Selecionar o país do concorrente;
    - V. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;

- VI. No final, selecionar a opção "Imprimir" o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da proposta.
- b) Declaração contendo o valor do preço contratual proposto, elaborado de acordo com o **Anexo III** a este Programa de Procedimento;
  - c) Lista de preços unitários, elaborada de acordo com o **Anexo IV**, em formato Excel, a disponibilizar na plataforma pela entidade adjudicante na plataforma eletrónica com o ordenamento dos mapas resumo dos serviços a prestar
  - d) Documento onde conste o **prazo de entrega dos bens**;
  - e) Documento de onde constem as **caraterísticas técnicas dos bens a fornecer**;
  - f) Declaração de fabricante que comprove que o **concorrente se encontra tecnicamente capacitado para implementar e garantir tecnicamente** no território português o requerido no presente procedimento;
  - g) **Cópia da certidão do registo comercial ou código de acesso à "Certidão Permanente"**, ou cópia da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial;
  - h) Uma proposta técnica instruída com o plano de trabalhos e o mapa de quantidades, incluindo a sequência das principais tarefas a executar.
2. Os anexos a que se referem as alíneas anteriores devem ser preenchidos na sua totalidade e apresentados através da plataforma eletrónica, sem efetuar quaisquer alterações à sua integridade, estrutura ou formato, não podendo, em caso algum, ser acrescentados quaisquer elementos ou informações adicionais.
3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do número anterior deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao referido Anexo os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
4. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
5. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, incluindo os documentos que constituem a proposta e de habilitação, **deverão ser assinados eletronicamente** mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante.

CLÁUSULA 31.<sup>a</sup>

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos da proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Flatlantic: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
2. Quando o concorrente realizar o carregamento da proposta, na plataforma eletrónica, todos os documentos (PDF) que integram a mesma, **devem estar previamente assinados** com recurso a **assinatura eletrónica qualificada**, de acordo com o nº 4 do artigo 68º da Lei nº 96/2015 de 17 de agosto, sob pena de exclusão.
3. A receção da proposta será registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. Sem prejuízo de participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações nas propostas determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a caducidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

CLÁUSULA 32.<sup>a</sup>

Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Caso os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
3. Excluem-se do disposto nos números anteriores a utilização de estrangeirismos importados para a língua portuguesa, bem como a utilização pontual de referências técnicas em língua inglesa que, atento as especificidades técnicas das prestações objeto do contrato, sejam vulgarmente utilizadas no mercado português, desde que, sejam perfeitamente perceptíveis para o júri.

CLÁUSULA 33.<sup>a</sup>

Apresentação de propostas variantes

1. Não é admissível a apresentação de propostas variantes.
2. São propostas variantes as que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas às admitidas pelo caderno de encargos.



CLÁUSULA 34.<sup>a</sup>

Prazo de validade das propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo período de **66 (sessenta e seis) dias** contados da data-limite para a sua entrega.

CLÁUSULA 35.<sup>a</sup>

Negociação das propostas

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

CLÁUSULA 36.<sup>a</sup>

Despesas e encargos com a elaboração da proposta

Constitui encargo dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da proposta para o procedimento, incluindo estudos, testes ou outras atividades a ela conexas, bem como eventuais despesas inerentes à celebração do contrato.

CLÁUSULA 37.<sup>a</sup>

Assinatura eletrónica

1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, incluindo os documentos que constituem a proposta e de habilitação, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante.
2. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

CLÁUSULA 38.<sup>a</sup>

Documentos de habilitação

1. O(s) adjudicatário(s) deve(m) entregar, através da plataforma eletrónica, no **prazo de 5 (cinco) dias** contar da notificação da adjudicação os seguintes documentos, nos termos do artigo 81.º do CCP:
  - a) Declaração conforme **Anexo II** disponível na plataforma eletrónica;

- b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas **alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos**, nomeadamente:
- I. **Certificado de registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, de **todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência ou do fornecedor**, que se encontrem em efetividade de funções, e **da entidade adjudicatária**, quando aplicável, que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCCP.
  - II. **Cópia dos documentos comprovativos** em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a **Segurança Social** e de impostos junto da **Autoridade Tributária**, em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
- c) Documento comprovativo de **Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)** - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - ou o respetivo código de acesso.
- d) Identificação da pessoa que servirá de **interlocutor** com a Entidade Adjudicante e dos respetivos meios de contacto;
- e) Complementarmente, e para efeitos da celebração do contrato a escrito, quando aplicável, devem ainda ser dada informação sobre o(s) **outorgante(s) do contrato** com indicação do(s) nome(s) completo(s), número do cartão do cidadão e respetiva data de validade, e documento comprovativo dos poderes conferidos para a assinatura do contrato;
2. Os supramencionados documentos de habilitação devem de ser apresentados, nos termos do artigo 83.º do Código dos Contratos Públicos, através da plataforma eletrónica com o seguinte endereço: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
3. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
4. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos anteriormente indicados, devem ser apresentados por todos os seus membros.
5. O prazo a conceder para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º do CCP, é de **2 (dois) dias**.

CLÁUSULA 39.<sup>a</sup>

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação adotado será o da **proposta economicamente mais vantajosa**, determinada segundo a modalidade **Monofator**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato, neste caso, o preço mais baixo.
2. Em caso de empate, o desempate será realizado por sorteio nos seguintes termos:
  - a) Em data, hora e local a designar que será notificada aos concorrentes cujas propostas se mostrem empatadas com o Relatório Final Intercalar;
  - b) Do sorteio será lavrada uma ata, a qual será assinada pelos elementos do júri presentes e pelos concorrentes ou representantes legais;
  - c) Realizado o sorteio será elaborado novo Relatório, o Relatório Final, com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

CLÁUSULA 40.<sup>a</sup>

Caução

Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, é exigida ao adjudicatário a prestação de caução no prazo de **10 (dez) dias** contados a partir da notificação da decisão de adjudicação e no valor de **5% (cinco por cento) do preço contratual**, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

CLÁUSULA 41.<sup>a</sup>

Contrato

1. O contrato será reduzido a escrito, em cumprimento do disposto no artigo 94.º do CCP, sendo-o feito através de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
2. Faz parte integrante do contrato um clausulado que contém, os seguintes elementos:
  - a) A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como o título em que intervêm, com indicação dos atos que os habilitem para esse efeito;
  - b) A indicação do ato de adjudicação e do ato de aprovação da minuta do contrato;
  - c) A descrição do objeto do contrato;
  - d) O preço contratual;
  - e) O prazo de execução das principais prestações objeto do contrato;
  - f) A identificação do gestor do contrato;
  - g) A referência à caução prestada pelo adjudicatário,

CLÁUSULA 42.<sup>a</sup>

Minuta do Contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para autorizar a presente despesa, notifica o adjudicatário, assinalando os ajustamentos propostos, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, se for o caso disso.
3. A minuta do contrato a celebrar, bem como os ajustamentos propostos, considera-se aceite pelo adjudicatário, quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 (cinco) dias** subsequentes à respetiva notificação.
4. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso publico.
5. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de **10 (dez) dias**, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a defere se nada disser no referido prazo.

CLÁUSULA 43.<sup>a</sup>

Outorga do contrato

1. A outorga do contrato terá lugar no prazo de **30 (trinta) dias** contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a) Decorridos **10 (dez) dias** contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
  - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
  - c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do n.º1 do artigo 90.º.
  - d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do nº 2 do artigo 77º.
2. A outorga e assinatura do contrato deverá ser efetuada com recurso a assinatura digital qualificada e por quem tenha poderes para obrigar o adjudicatário à respetiva assinatura.

Anexos

ANEXO I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)  
ANEXO II - Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do nº1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos  
ANEXO III - Modelo de Declaração contendo o valor do preço contratual proposto  
ANEXO IV– Lista de Preços Unitários (a disponibilizar na plataforma);

ANEXO I

**Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**  
[a que se refere a alínea 1.a) do n.º 1 do CLÁUSULA 18.ª]

ANEXO II

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE PREÇO CONTRATUAL**

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 da CLÁUSULA 18ª]

F.... (indicar nome, estado, profissão e morada ou firma e sede), com sede em ....., pessoa coletiva n.º ....., propõe-se a executar todos os trabalhos a que se refere o procedimento de contratação pública designado “.....”, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual global de ..... Euros (..... Euros), o qual não inclui o Imposto de Valor Acrescentado.

À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Data

Assinatura